

Partage Empreendimentos e Participações S.A. e Controladas

CNPJ/MF nº 01.987.230/0001-59

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E DE 2022 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se mencionado de outra forma)

Ativos	Notas	Controladora			Consolidado			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
		2023	2022	2023	2022			Capital social	Reserva legal	Reservas de Lucros	Reserva de capital	AFAC	(prejuízos) acumulados	Lucros	Total atribuído aos acionistas	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Circulantes		97.536	53.488	639.235	227.157			582.206	80.675	2.396.598	(21.016)	2.700		3.040.381	49.511	3.089.892	
Caixa e equivalentes de caixa	3	55.059	5.496	290.160	45.815								3.670	(3.670)	3.670	7.542	11.212
Contas e alugueis a receber	4	22.071	6.445	123.132	41.111											34.505	34.505
Adiantamentos a terceiros		479	386	9.831	11.157												219.899
Impostos a recuperar CP	5	1.056	2.868	54.954	64.618												
Imóveis a comercializar	8	2.465	2.448	2.532	2.448												
Outros créditos CP	6	16.406	35.845	158.626	62.008												
Não circulantes		4.459.531	4.157.334	6.780.852	6.142.956												
Aplicações financeiras		31.672	26.614	31.672	26.614												
Impostos a recuperar				2.429													
Outros créditos	6	2.341	2.092	11.070	5.667												
Partes relacionadas ALP	13	61.518	21.772	48.251	41.369												
Investimentos		7	3.300.931	3.208.840	741.584	542.719											
Propriedades para investimento	9	1.062.205	897.029	5.909.066	5.509.603												
Imobilizado			734	770	34.493	14.538											
Intangível		130	217	2.287	2.447												
Total do ativo		4.557.067	4.210.822	7.420.087	6.370.113												
Passivos e patrimônio líquido	Notas	2023	2022	2023	2022												
Circulantes		366.650	209.725	958.948	364.987												
Fornecedores		1.118	720	9.765	10.504												
Empréstimos e financiamentos CP	10	43.407	76.661	519.001	162.184												
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias		2.529	1.985	10.108	15.367												
Partes relacionadas CP	13	276.080	86.888	214.199	82.128												
Adiantamentos de clientes CP	12	1.070	33	117.911	2.711												
Outras contas a pagar CP	12	42.446	43.437	87.419	91.548												
Subvenções de investimentos				545	545												
Não circulantes		770.452	738.650	2.928.547	2.653.211												
Empréstimos e financiamentos	10	417.362	447.813	1.619.416	1.593.154												
Partes relacionadas	13		1	7.103	7.998												
Impostos diferidos	11	338.916	254.565	1.271.667	1.007.827												
Provisão para perdas nos investimentos	7	14.324	36.271	9	802												
Provisão para riscos	14	32		9.280	5.665												
Subvenções de investimentos				19.063	19.926												
Outras contas a pagar	12			2.009	17.839												
Patrimônio líquido		3.419.965	3.262.449	3.532.592	3.351.915												
Capital social	15	582.206	582.206	582.206	582.206												
Reservas de lucros		2.831.389	2.694.454	2.831.389	2.694.454												
Reserva de capital			(20.581)		(20.581)												
AFAC		6.370	6.370	6.370	6.370												
Total atribuído aos acionistas controladores		3.419.965	3.262.449	3.419.965	3.262.449												
Participação de acionistas não controladores				112.626	89.466												
Total das passivas e PL		4.557.067	4.210.822	7.420.087	6.370.113												

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Partage Empreendimentos e Participações S.A. ("Sociedade" ou "Companhia") é uma sociedade anônima com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.277 - 20º andar, conjuntos 203 e 204, São Paulo - SP. Sua controladora é a Triage Empreendimentos e Participações S.A. ("Triage"). A Sociedade tem como objetivo a administração de bens imóveis próprios, atuando como locadora e gestora destes. Suas operações incluem prestação de serviços profissionais de gestão imobiliária e atividades relacionadas à compra e venda de imóveis. Entre suas atividades há a prestação de serviços de gestão a "shopping centers", compreendendo áreas de planejamento, projetos de arquitetura e seus detalhamentos técnicos. A Sociedade também tem como atividade a participação em outras sociedades, na qualidade de cotista ou acionista. **Insuficiência de capital circulante líquido:** Em 31/12/2023, a Sociedade possui deficiência de capital circulante líquido na controladora de R\$ 269.114, no consolidado apresentado a necessidade de R\$ 319.713 (R\$ 266.234 e R\$ 137.831, respectivamente, em 31/12/2022). A necessidade de capital circulante no consolidado corresponde majoritariamente a uma operação de empréstimo-ponte no montante de R\$ 200.000 contratada em 14/12/2023 com o objetivo de viabilizar a aquisição de shopping center na cidade de Campos (RJ) conforme detalhado no parágrafo abaixo. Esse empréstimo pôde ser liquidado integralmente em 23/01/2024. Sem esse efeito, a necessidade de capital circulante seria de R\$ 269.114 na controladora e R\$ 219.713 no consolidado em 31/12/2023. Para saldar as dívidas de curto prazo, se necessário, a Sociedade possui geração de caixa operacional e acesso a recursos dos acionistas de sua controladora Triage Empreendimentos e Participações S.A. **Eventos relevantes no período:** Aquisição de participação na Triage Aviation: Em 06/02/2023, a Sociedade transferiu suas quotas na controlada Tria Capital Ltda. para as empresas Alea RG Participações Ltda. e Jabolani Participações Ltda. que são empresas que controlam indiretamente a Sociedade. A transação teve como objetivo apenas reposicionar a Tria Capital no organograma societário do grupo. Em 24/08/2023, a Sociedade adquiriu participação e passou a controlar a empresa Triage Aviation Ltda., que anteriormente era controlada diretamente pelos acionistas do grupo econômico da Sociedade. A transação teve como objetivo apenas reposicionar a Triage Aviation no organograma societário do grupo. **Aquisição de Novos Shoppings Centers:** Em 07/10/2023, a Sociedade assinou um memorando de intenções para aquisição de participação em 2 novos shopping centers localizados na cidade de São Paulo (SP) e na cidade de Campos (RJ). Após a superação das condições resolutivas, com expectativa de conclusão em dezembro de 2023, a Sociedade passará a deter 75% e 70% de participação nesses empreendimentos, respectivamente. O valor dessa transação, quando efetivada, poderá atingir o montante de até R\$ 387,5 milhões. Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas Embora os efeitos das mudanças climáticas representem uma fonte de incerteza, a Administração não considera que haja um impacto material em seus julgamentos e estimativas. A administração realiza o monitoramento para identificar e endereçar riscos futuros atrelados às mudanças climáticas.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Sociedade e suas controladas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com a base contábil de continuidade operacional, ou seja, que a Companhia está operando e continuará a operar em futuro previsível. A Administração efetuou avaliação quanto a capacidade da Companhia em manter sua continuidade operacional, e não identificou nenhuma incerteza significativa sobre o assunto. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de propriedades para investimentos e de determinados instrumentos financeiros contra o resultado do exercício. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade está apresentado a seguir: **2.3. Utilização de estimativas:** O processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram efetuadas com base no julgamento da Administração sobre as informações disponíveis para a determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Itens significativos incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relacionados com estimativas abrangem o valor justo das propriedades para investimento, a definição de vidas úteis dos ativos imobilizados e intangíveis e de sua recuperação nas operações, provisão para processos judiciais e outras prov

continuação

por: a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo. b) Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável. c) Contratos de garantia financeira; d) Compromissos de conceder empréstimo com base em juros abaixo do mercado. e) A contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios à qual se aplica o CPC 15. Essa contraprestação contingente deve ser mensurada subsequentemente ao valor justo com as alterações reconhecidas no resultado. As despesas de juros são reconhecidas por meio da aplicação da taxa de juros efetiva. **2.15. Provisão para riscos:** Constituída, quando aplicável, com base na avaliação de risco de perda provável sobre as ações em processo e eventos subsequentes, embasada em relatórios preparados pelos assessores jurídicos da Sociedade e outras evidências consideradas pela Administração. **2.16. Provisões:** São reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **2.17. Passivos financeiros não mensurados a valor justo: Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acréscimos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido. Outros passivos circulantes e não circulantes demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos financeiros e das variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços. **2.18. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: As receitas de locação são reconhecidas mensalmente durante o período de vigência do contrato. Para os contratos de locação com cláusulas de período de carência, que é o período pelo qual há uma isenção do pagamento do aluguel, a receita líquida de aluguel não é reconhecida durante o período de carência. Os recebimentos antecipados de aluguel são registrados como adiantamentos de clientes e reconhecidos no resultado quando da prestação do serviço de locação, conforme prazos estabelecidos contratualmente. As despesas são reconhecidas quando incorridas. **2.19. Arrendamentos: Companhia como arrendatário:** Arrendamentos para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são capitalizados e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante ao reconhecimento da receita de aluguel. **Companhia como arrendatário:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento. A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo prazo do arrendamento. **2.20. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidas pelo CPC e pelo IASB e normas publicadas vigentes no ano corrente:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01/01/2022:

Norma ou interpretação Descrição

Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado"	A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
Alteração ao IAS 37/ CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"	Eclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
Alteração ao IFRS 3/ CPC 15 "Combinação de Negócios"	Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pelo mais recente emitida em 2018.

Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:	i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser usadas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1/ CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma para uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) IAS 41/CP 29 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.
---	---

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo. **2.21. Ajustes efetuados diretamente nas demonstrações financeiras em 31/12/2023 e não registrados nos livros contábeis de 2023 (ECD):** A Administração da Sociedade apurou e registrou apenas nas demonstrações financeiras, após a entrega dos livros contábeis (ECD), referente ao exercício de 2023 as seguintes transações: **Ajuste a valor justo de propriedades para investimento:** • Ajuste a valor justo para as contas de Propriedades para investimento registradas no ativo não circulante através de laudos de avaliação econômico-financeira realizados internamente. Também foram afetadas as contas de Ajuste a valor justo dentro do grupo de resultado como contrapartida. • Como consequência das contabilizações do Ajuste a Valor Justo foram registrados nas Demonstrações Financeiras o estorno da depreciação dos empreendimentos que foram ajustados. • Foram realizadas provisões das contas de IRPJ e CSLL diferidos provenientes da contabilização do Ajuste a Valor Justo das Propriedades de investimento mencionados acima que por sua vez afetou as contas de passivo e de resultado. **Linearização de receitas de contratos de locação imobiliária:** • Foram aplicados os efeitos da linearização de receitas de contratos de locação imobiliária nas rubricas de contas a receber do ativo circulante e adiantamentos de clientes no passivo circulante. O efeito no resultado foi registrado na rubrica linearização de receitas como contrapartida. • Como consequência das contabilizações da linearização de receitas, foram realizadas provisões de IRPJ/CSLL diferidos. Desta forma as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas estão com o seu patrimônio líquido e resultado do exercício da controladora maior R\$ 2.722.125 e R\$ 240 do consolidado R\$ 2.407.667 e R\$ 315.614, respectivamente, que os registrados nos livros contábeis (ECD), conforme demonstrado no quadro abaixo:

2023 Controladora				
Contas Contábil	(+/-) Ajuste a Valor Justo	Livros Contábeis	de Propriedades para Investimento	(+/-) Linearizações de Finanças
(Ativo) Contas a receber	6.691	-	15.380	22.071
(Ativo) Investimentos	1.520.319	1.819.063	(38.451)	3.300.931
(Ativo) PPI	80.773	981.432	-	1.062.205
(Passivo) Impostos diferidos	-	(333.687)	(5.229)	(338.916)
(PL) Patrimônio líquido	(765.826)	(2.723.599)	69.460	(3419.965)
(Resultado) Linearização de receitas	-	(7.033)	(7.033)	
(Resultado) Equivalência patrimonial	8.877	142.992	(31.736)	120.134
(Resultado) Depreciação	(4.939)	4.458	-	(481)
(Resultado) Ajuste a valor justo	-	160.718	-	160.718
(Resultado) Impostos diferidos	(81.960)	(2.391)	(84.351)	
Total de Ajustes - Ativo	2.800.495	(23.071)		
Total Ajustes passivo + PL	(3.057.286)	64.231		
Total Ajustes resultado	226.208	(41.160)		
2023 Consolidado				
Contas Contábil	(+/-) Ajuste a Valor Justo	Livros Contábeis	de Propriedades para Investimento	(+/-) Linearizações de Finanças
(Ativo) Contas a Receber	179.452	-	(56.320)	123.132
(Ativo) Investimentos	741.584	-	-	741.584

continuação

Partage Empreendimentos e Participações S.A. e Controladas

2023 Consolidado				
Contas Contábil	(+/-) Ajuste a Valor Justo	Livros Contábeis	de Propriedades para Investimento	(+/-) Linearizações de Finanças
(Ativo) PPI	2.095.076	3.813.990	(29)	5.909.066
(Passivo) Impostos Diferidos	(711.705)	(1.296.757)	25.118	(1.271.667)
(PL) Patrimônio líquido	(12.578)	(2.776.521)	68.261	(3.419.965)
(Resultado) Linearização de Receitas	-	-	(52.971)	(52.971)
(Resultado) Depreciação	(4.458)	-	81.506	77.048
(Resultado) Ajuste a valor justo	-	311.354	-	311.354
(Resultado) Impostos Diferidos	(279.752)	-	15.912	(263.840)
Total de Ajustes - Ativo	3.813.990	(56.320)		
Total Ajustes Passivo + PL	(4.073.278)	93.380		
Total Ajustes Resultado	113.108	(37.060)		
2022 Controladora				
Contas Contábil	(+/-) Ajuste a Valor Justo	Livros Contábeis	de Propriedades para Investimento	(+/-) Linearizações de Finanças
(Ativo) Contas a Receber	1.292.291	1.916.549	-	3.208.840
(Ativo) Investimentos	85.760	811.269	-	897.029
(Ativo) PPI (-) Depreciação	(551.655)	(254.565)	-	(254.565)
(Passivo) Impostos Diferidos	(2.710.794)	-	(3.262.449)	-
(PL) Patrimônio líquido	(20.220)	194.602	-	214.822
(Resultado) Linearização de Receitas	-	-	-	-
(Resultado) Equivalência Patrimonial	(4.853)	4.403	-	450
(Resultado) Depreciação	-	52.970	-	52.970
(Resultado) Ajuste a valor justo	-	(14.434)	-	(14.434)
Total de Ajustes - Ativo	2.727.818	(2.965.359)		
Total Ajustes Passivo + PL	(3.687.504)	237.541		
2022 Consolidado				
Contas Contábil	(+/-) Ajuste a Valor Justo	Livros Contábeis	de Propriedades para Investimento	(+/-) Linearizações de Finanças
(Ativo) Contas a Receber	420.171	122.548	-	542.719
(Ativo) Investimentos	2.169.116	3.340.487	-	5.509.603
(Ativo) PPI (-) Depreciação	(1.007.827)	-	(1.007.827)	-
(Passivo) Impostos Diferidos	(2.675.074)	-	(3.351.915)	-
(PL) Patrimônio líquido	(147.234)	60.67	-	(87.167)
(Resultado) Depreciação	-	243.677	-	243.677
(Resultado) Ajuste a valor justo	-	(79.275)	-	(79.275)
Total de Ajustes - Ativo	3.463.035	-		
Total Ajustes Passivo + PL	(3.687.504)	-		
Total Ajustes Resultado	224.469	-		
2023 Controladora				
Contas Contábil	(+/-) Ajuste a Valor Justo	Livros Contábeis	de Propriedades para Investimento	(+/-) Linearizações de Finanças
(Ativo) Contas a Receber	32	494	7.745	7.505
(Ativo) Investimentos	55.027	5.002	282.415	38.310

continuação

Informações das controladas com participação indireta sem controle - Consolidado:

	Resultado de equivalência patrimonial	Valor do investimento	Saldo em 31/12/2021	
	2023	2022	2023	2022
Alegranza Administração e Participações Ltda.	(487)	151	7	493
FLPP Faria Lima Prime Properties S.A.	12.579	6.905	373.801	511.938
IGW Trust S.A.	14	14	1.129	1.129
Ventur Empreendimentos Ltda.	-	1	92	92
Subtotal	12.106	7.071	374.937	513.652
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	140	28.938	
Total investimentos - ativo	12.106	(7.071)	375.077	542.590

A movimentação dos investimentos líquidos está assim representada:

Controladora	Consolidado	Saldo em 31/12/2023
Saldo em 31/12/2021	2.954.685	563.271
Resultado de equivalência patrimonial	214.822	(6.920)
Adiantamento para futuro aumento de capital	117.684	3.988
Outros	14.469	(955)
Perdas com investimentos	(7)	-
Redução de capital	(35.000)	-
Dividendos recebidos	(94.084)	(16.665)
Saldo em 31/12/2022	3.172.569	542.719
Resultado de equivalência patrimonial	120.134	12.578
Aumento de capital	965	-
Aquisição de investimentos (a)	32.734	198.407
Outros	(426)	-
Redução de capital de empresas investidas (b)	(15.000)	-
Baixa de investimentos	(210)	-
Dividendos recebidos	(9.835)	(12.120)
Saldo em 31/12/2023	3.300.931	741.584

a) Durante o exercício findo em 31/12/2023, a Controladora adquiriu participação de 61,8% do capital da controlada Triage Aviação Ltda. Ainda no exercício, a controlada KPAR Empreendimentos Participações Ltda. adquiriu 100% da CDG Centro Comercial Ltda. b) A controlada Metropolitan Garden Empreendimentos Participações S.A. promoveu, no exercício findo em 31/12/2023, uma redução em seu capital social no montante de R\$ 15.000.

8. IMÓVEIS A COMERCIALIZAR: Representado pelos custos incorridos de empreendimentos em operação e disponíveis para venda, conforme demonstramos a seguir:

Controladora	Consolidado	2023	2022	2023	2022
Terrenos e galpões	2.448	2.448	2.448	2.448	
Estoque em trânsito	17	-	84	-	
Total imóveis a comercializar	2.465	2.448	2.532	2.448	

9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO:

Controladora	Consolidado	2023	2022	2023	2022
Terrenos e empreendimentos em construção	-	323.068	413.771	-	
Empreendimentos em operação	1.062.205	897.029	5.585.998	5.095.832	
Saldos em 31/12/2021	842.378	4.937.187			
Adições (a)	1.451	246.673			
Baixa	(117)	(288)			
Adição novas aquisições	-	112.474			
Reclassificação de Crédito de PIS/Cofins	347	(30.120)			
Ajuste a valor justo do exercício (b)	52.970	243.677			
Saldos em 31/12/2022	897.029	5.509.603			
Adições (a)	4.458	88.109			
Ajuste a valor justo do exercício (b)	160.718	311.354			
Saldos em 31/12/2023	1.062.205	5.909.066			

(a) Referem-se aos custos de aquisição, construção e ampliação dos empreendimentos de Shopping e Lajes. (b) Reconhecido no resultado do exercício na rubrica "Ajuste a valor justo de propriedades para investimentos" acrescido dos efeitos da reversão da depreciação do exercício sobre propriedades para investimento. **Valor justo das propriedades para investimento:** A Sociedade e suas controladas adotam o método de avaliação de seus ativos pelo valor justo de mercado, de forma que suas demonstrações contábeis refletem de forma adequada a situação patrimonial da Companhia e suas controladas. A mensuração do valor justo das propriedades para investimento em 31/12/2023 foi determinada a partir de avaliações econômico-financeiras realizadas por uma empresa especializada terceira por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado. O fluxo de caixa futuro dos "shoppings", edifícios corporativos e galpões foi obtido por meio dos fluxos de caixa individuais de cada empreendimento. Todos os cálculos são baseados na análise das qualificações físicas das propriedades em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são tratadas adequadamente para serem utilizadas na determinação dos empreendimentos. Não foram incluídos nos cálculos os potenciais expansões, as permutas de terrenos e os projetos não anunciados. As seguintes premissas foram utilizadas para avaliação:

	2023	2022
Taxa média de desconto - edifícios	8,93% à 10,21%	6,25% à 9,50%
Taxa média de desconto - shopping centers	9,45% à 10,21%	9,50% à 10,50%
Taxa de capitalização para perpetuidade edifícios	6,93% à 8,21%	6,75% à 10%
Taxa de capitalização para perpetuidade shopping centers	7,45% à 8,21%	8% à 9,50%

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:

Controladora	Indexador	Vcto. final	2023	2022
Crédito imobiliário:				
Kinea - 157	IPCA + 5,41% a.a.	25/07/34	87.955	86.405
Kinea - 156	CDI + 1,80% a.a.	25/01/24	333	3.801
Kinea - 217	IPCA + 5,128% a.a.	25/12/34	43.290	44.063
Kinea - 218	IPCA + 5,128% a.a.	25/12/34	135.804	137.892
Banco Itaú	CDI + 2,00% a.a.	10/12/29	82.113	90.442
Banco Itaú	CDI + 2,58% a.a.	18/03/24	5.580	27.927
Banco Itaú	TR + 9,20% a.a.	30/03/42	38.498	39.910
Banco Bradesco	TR + 9,00% a.a.	28/09/30	67.197	72.932
Total			460.770	524.474

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:

Controladora	Consolidado	2023	2022	2023	2022
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	241.867	235.720	466.107	316.325	
Aliquota	34%	34%	34%	34%	
Despesa de IRPJ e CSLL às alíquotas nominais	(82.235)	(80.145)	(158.476)	(107.551)	
Equivalência patrimonial	41.010	73.039	4.441	(2.353)	
Controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(48.197)	38.462	
Outras adições (exclusões), líquidas (a)	(12.544)	(7.329)	62.981	(24.985)	
Efeito da depreciação acumulada das propriedades para investimento	(30.582)	(146.179)	-	-	
Despesa de IRPJ e CSLL	(84.351)	(14.434)	(285.430)	(96.426)	
Correntes	-	-	(21.590)	(17.151)	
Diferidos	(84.351)	(14.434)	(263.840)	(79.275)	

12. OUTRAS CONTAS A PAGAR:

Controladora	Consolidado	2023	2022	2023	2022
Valor justo (a)	913.051	752.333	3.357.033	3.045.679	
Outras deduções (b)	83.761	(3.612)	383.164	(81.482)	
Aliquota	34%	34%	34%	34%	
Controladas diferido, líquido	996.812	748.721	3.740.197	2.964.197	

13. PARTES RELACIONADAS:

Controladora	Consolidado	2023	2022	2023	2022
Atividades de clientes	-	33	-	2.711	
Aquisição de participação societária (a)	39.471	40.000	73.433	77.394	
Caução de locatários	2.975	2.975	9.656	4.355	

continuação →

Partage Empreendimentos e Participações S.A. e Controladas

consumada pela entrega da totalidade as participações da Companhia nas controladas adquiridos de controladas da Allos S.A. O valor total da operação foi de R\$ 297,9 milhões. Altipar, Partage FL Tower, Pratápar, Vinpar, Partage FL e Partage Plaza. Com essa redução, a capital social da Companhia passou a ter o valor de R\$ 384.277. **Aquisição de 2 novos shoppings:** A Companhia, através de suas controladas PSP e JPAR, adquiriu 2 novos shoppings para compor seu portfólio imobiliário. A controlada PSP adquiriu em janeiro de 2024 o equivalente a 70% da fração ideal do Santana Parque Shopping, localizado em São Paulo (SP). Por sua vez, a controlada JPAR adquiriu o equivalente a 75% do Boulevard Shopping Campos, localizado em Campos dos Goytacazes (RJ). Ambos os empreendimentos foram

Liquidação de valores a pagar pela aquisição dos Shoppings Pátio Arapiraca e Jaraguá do Sul. Em março de 2024, a Controladora concluiu a aquisição dos Shoppings Pátio Arapiraca e Jaraguá do Sul com a liquidação financeira de valores a pagar, que até então estavam pendentes em razão do atendimento à condições resolutivas contratuais. **Aportes de recursos da controladora Triage Empreendimentos:** A Controlada recebeu de janeiro a setembro de 2024 recursos financeiros de seus controlada Triage Empreendimentos S.A. no montante de R\$ 33.162, contabilizada como conta corrente entre empresas do mesmo

grupo, reduzindo sua necessidade de capital circulante líquido no período.

23. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pela diretoria em 17/12/2024.

A DIRETORIA

Clayton Claudinei Nogueira

Contador - CRC 1SP 306.862/0-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas **Partage Empreendimentos e Participações S.A.**

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Partage Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Partage Empreendimentos e Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos não quantificados do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Partage Empreendimentos e Participações S.A. e da Partage Empreendimentos e Participações S.A. e suas controladas em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Em 31/12/2022, a Companhia não possuía controles suficientes e apropriados para identificar e determinar os montantes relativos à receita líquida de aluguel para os meses em que, contratualmente, o locatário estava isento do pagar o aluguel. Conforme estabelece o CPC 47 – Receita de Contratos com clientes, a Companhia é requerida a reconhecer a receita pelo método linear se os esforços ou insumos da entidade forem igualmente gastos ao longo de todo o período de desempenho. No exercício findo em 31/12/2023, a administração da Companhia estabeleceu controles suficientes e apropriados e reconheceu os montantes relativos à linearização da receita de líquida de aluguel. A Companhia apurou o montante de R\$ 14.792 mil na controladora e R\$ 5.858 mil no consolidado relativos à exercícios anteriores, que não foram reapresentados de acordo com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, sendo apresentados diretamente no patrimônio líquido do exercício findo em 31/12/2023. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos

com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, que descreve que a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 269.114 na controladora, e R\$ 319.713 no consolidado (R\$156.234 e R\$ 137.831, respectivamente, em 2022). Essa situação indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificações em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17/12/2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.

Jefferson Alves da Silva
Contador
CRC nº 2SP-000160/0-9

CRC nº 2SP-000160/0-5

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/01/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.

Companhia sem registro de emissor de valores mobiliários, perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")

CNPJ/MF nº 09.296.295/0001-60 - NIRE 35.300.359.534

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 10ª (décima Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série única, da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., realizada em 30 de dezembro de 2024.

1. Data, Hora e Local: A presente assembleia geral de titulares de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da 12ª (décima segunda) emissão da **Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.** ("Emissora", "Debêntures", "Debenturistas" e "Assembleia", respectivamente), é realizada no dia 30 de dezembro de 2024, às 09 horas, na sede da Emissora, localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 9º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Bairro de Tamboré, CEP 06.460-040. **2. Convocação:** Dispensada a formalidade de convocação prévia, em razão da presença dos titulares de debêntures representando 100% (cem por cento) das debêntures em circulação, e nos termos da Cláusula 9.15 do "Instrumento Particular de Escritura da 12ª (Décima Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.", celebrado em 5 de junho de 2024, entre a Emissora, a Vôrtex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário, nomeada nos termos da Escritura de Emissão (conforme definida abaixo) para representar a comunhão dos interesses de todos os Debenturistas ("Agente Fiduciário"), a Azul S.A., na qualidade de fiadora, principal pagadora, coobrigada e devedora solidária da Emissora ("Fiadora"), e ainda, na qualidade de interventente anuente, a Raizel S.A. ("Interventente Anuente"), conforme aditado de tempos em tempos ("Escritura de Emissão"). **3. Presença:** Presentes (i) os Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, conforme lista de presença constante no Anexo A da presente ata; (ii) o representante do Agente Fiduciário; (iii) os representantes da Emissora, e (iv) os representantes da Fiadora. **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos por Alan Russo Najman, e secretariados por André Nogueira. **5. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre a repactuação de determinados termos e condições no âmbito das Debêntures, conforme descripto abaixo: (i) aprovar a anuência prévia (waiver), com uma condição resolutiva a ser negociada e superada até o dia 12 de janeiro de 2025, conforme deliberação em assembleia realizada no dia 24 de dezembro de 2024 do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Blue II Segmento de Crédito Corporativo de Responsabilidade Limitada, em razão da eventual não observância pela Emissora de manutenção do Índice de Alavancagem menor ou igual a 3,75x, nos termos da Cláusula 6.1.3, item "(xxii)" da Escritura de Emissão, a ser apurado nas demonstrações financeiras da Emissora referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024, de forma que não seja caracterizado um Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático caso a Emissora não observe o Índice de Alavancagem para o mencionado período. Antes do início das deliberações, o Agente Fiduciário questionou a Emissora e os Debenturistas acerca de qualquer hipótese que poderia ser caracterizada como conflito de interesses em relação às matérias previstas na Ordem do Dia, conforme item 5 acima, e demais partes da Operação, bem como entre partes relacionadas, conforme definição prevista na Resolução da CVM nº 94, de 20 de maio de 2022, conforme alterada - Pronunciamento Técnico CPC 05, bem como no artigo 115, § 1º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e outras hipóteses previstas em lei, conforme aplicável, sendo informado por todos os presentes que tal hipótese inexiste. **6. Deliberações:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, os Debenturistas, tendo os votos preferidos via e-mail e arquivados na sede da Emissora, deliberaram por: (i) aprovar, pela unanimidade dos votos, a concessão de anuência prévia (waiver), sob o cumprimento de condição resolutiva a ser negociada e superada até o dia 12 de janeiro de 2025, conforme deliberação em assembleia realizada no dia 24 de dezembro de 2024 do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Blue II Segmento de Crédito Corporativo de Responsabilidade Limitada, em razão da eventual não observância pela Emissora de manutenção do Índice de Alavancagem menor ou igual a 3,75x, nos termos da Cláusula 6.1.3, item "(xxii)" da Escritura de Emissão, a ser apurado nas demonstrações financeiras da Emissora referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024, de forma que não seja caracterizado um Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático caso a Emissora não observe o Índice de Alavancagem para o mencionado período. Sobrevidamente à condição resolutiva, o waiver será tratado como extinto para todos os efeitos, retroagindo a data desta assembleia. **7. Disposições Finais:** **7.1.** Os termos em letras maiúsculas e com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos nesta ata são aqui utilizados com o mesmo significado atribuído a tais termos na Escritura de Emissão. **7.2.** As aprovações objeto da presente Assembleia estão restritas apenas à Ordem do Dia e devem ser interpretadas restritivamente como mera liberalidade dos Debenturistas e, portanto, não devem ser consideradas como novação, precedente ou renúncia de quaisquer outros direitos dos Debenturistas previstos na Escritura de Emissão ou em quaisquer documentos a ela relacionados, sendo a sua aplicação exclusiva e restrita para o aprovado nesta Assembleia. **7.3.** O Agente Fiduciário e a Emissora consignam que não são responsáveis por verificar se o administrador/gestor ou procurador dos Debenturistas, ao tomar a decisão no âmbito desta assembleia, age de acordo com as instruções de seu investidor final, observando seu regulamento, contrato de administração/gestão ou procuração, conforme aplicável. **7.4.** Independentemente de quaisquer outras disposições na Escritura de Emissão, os Debenturistas, neste ato, eximem a Emissora e a Fiadora de qualquer responsabilidade em relação às deliberações e autorizações ora tomadas e concedidas. **7.5.** O Agente Fiduciário informa aos Debenturistas que as deliberações desta Assembleia podem apresentar riscos não mensuráveis das Debêntures, incluindo, mas não se limitando, ao risco de crédito das Debêntures, em razão da não observância da manutenção do Índice de Alavancagem pela Emissora. Consigna ainda que não é responsável por verificar se o gestor ou procurador do Debenturista, ao tomar a decisão no âmbito desta Assembleia, age de acordo com as deliberações de seu investidor final, observando seu regulamento ou contrato de gestão. **7.6.** O Agente Fiduciário informa aos Debenturistas que estes são integralmente responsáveis pela validade e efeitos dos atos realizados e das decisões tomadas no âmbito desta Assembleia, razão pela qual reitera que não é responsável por quaisquer despesas, custos ou danos que venham eventualmente incorrer em decorrência dos atos praticados nos termos desta Assembleia em virtude da não observância das decisões tomadas pelos Debenturistas. Assim, reforça que os Debenturistas são responsáveis integralmente por quaisquer despesas, custos ou danos que o Agente Fiduciário, sem culpa ou dolo, venha a incorrer em razão desse processo decisório. O Agente Fiduciário permanece responsável pelo cumprimento de todas as obrigações atribuídas a ele na Escritura de Emissão e na legislação aplicável. **7.7.** Os signatários da ata da presente Assembleia reconhecem como válidas e eficazes as ferramentas de assinatura digital disponibilizadas para a assinatura da presente ata, bem como de todos os demais documentos assinados, por si ou por seus representantes legais, conforme aplicável, por meio de tais ferramentas, e declaram-se cientes e de acordo que esta ata e todos os demais documentos assinados eletronicamente serão considerados, para todos os efeitos, válidos e exequíveis, bem como renunciam ao direito de impugnação de que trata o artigo 225 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, reconhecendo expressamente que as reproduções mecânicas ou eletrônicas de fatos ou de coisas fazem prova plena desses. **7.8.** A Emissora, o Agente Fiduciário e a Fiadora atestam que a presente Assembleia foi realizada atendendo a todos os requisitos, orientações e procedimentos legais e regulamentares. **8. Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, não houve qualquer manifestação. Nada mais havendo a tratar, a Assembleia foi encerrada e a presente ata lavrada no livro próprio, a qual, foi lida, aprovada, e assinada eletronicamente por todos os presentes. Barueri, 30 de dezembro de 2024. **Certificamos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio.** Mesa: Alan Najman - Presidente; André Nogueira - Secretário. Emissora: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. Abhi Manoj Shah - Presidente. Agente Fiduciário: Vôrtex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Jessica Scanaque de Castro - Procuradora; Rafael Toni - Procurador. Fiadora: Azul S.A. Jonh Peter Rodgerson - CPF 233.337.188-98. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 5.310/25-8 em 13/01/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.

CNPJ/MF nº 09.296.295/0001-60 - NIRE 35.300.359.534

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 10ª (décima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional e Garantia Fidejussória Adicional, em Série única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., realizada em 30 de dezembro de 2024.

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 30 dias do mês de dezembro de 2024, às 10h00, na forma da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), de maneira exclusivamente remota e eletrônica, com a dispensa de videoconferência em razão da presença do Debenturista (conforme abaixo definido) titular da totalidade das Debêntures em circulação, com os votos preferidos via e-mail que foram arquivados na sede da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. ("Emissora" ou "Companhia"), localizada na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 9º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Bairro de Tamboré, CEP 06460-040, no município de Barueri, Estado de São Paulo. **2. Convocação:** Dispensada a convocação por edital, tendo em vista a presença do debenturista representando a totalidade das debêntures em circulação, emitidas no âmbito do "Instrumento Particular de Escritura da 10ª (Décima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.", bem como seus eventuais aditamentos ("Debêntures" e "Emissão de Emissão", respectivamente), nos termos dos artigos 71, § 2º e 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e do artigo 71, § 3º da Resolução CVM 81. **3. Presença:** Compareceram, de forma virtual: (i) o Debenturista representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, conforme Lista de Presença dos Debenturistas indicada no Anexo I à presente ata ("Debenturista"), por seu procurador; (ii) o representante legal da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"); (iii) a Azul S.A., devidamente qualificada na Escritura de Emissão, por seu representante legal estatutário e na qualidade de Fiadora; e (iv) o representante legal da Companhia. **4. Mesa:** Presidida pelo Sr. Abhi Manoj Shah, e secretariada pelo Sr. Carlos Alberto Marion. **5. Definições:** Os termos iniciados por letra maiúscula utilizados na presente ata, que não estiverem aqui definidos, têm o significado que lhe foi atribuído na Escritura de Emissão, ou em seus documentos correlatos, conforme aplicável. **6. Ordem do Dia:** Apreciar, analisar, discutir e deliberar sobre: (A) A concessão de anuência prévia quanto à eventual ocorrência de não manutenção dos Índices Financeiros ("covenants") apurados anualmente pela Azul S.A. ("Interventente Garantidora"), nos termos da cláusula 4.14.1, inciso "xxv" da Escritura de Emissão, com base, exclusivamente, nas informações financeiras consolidadas da Interventente Garantidora, relativas ao exercício social a ser encerrado na data de 31 de dezembro de 2024, sem que seja considerado qualquer evento de Vencimento Antecipado da Emissão; (B) A aprovação da não declaração da Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures, conforme previsão constante na Cláusula 4.22, parágrafo 6º, item (i), da Escritura de Emissão para que a Companhia, assim como a Interventente Garantidora, possa realizar captações de recursos de até US\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares americanos). Sendo certo que, conforme Fato Relevante divulgado em 14 de novembro de 2024, esse processo já foi iniciado; e (C) A aprovação para que a Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, realize todos os atos necessários à celebração e devida formalização da Ordem do Dia. **7. Deliberações:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, restou decidido, sem ressalvas, o quanto segue: (A) O Debenturista representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção em relação a este item, concedeu anuência prévia à Companhia e à Interventente Garantidora, quanto à eventual ocorrência de não manutenção dos Índices Financeiros ("covenants") apurados anualmente pela Interventente Garantidora, nos termos da cláusula 4.14.1, inciso "xxv" da Escritura de Emissão, com base, exclusivamente, nas informações financeiras consolidadas da Interventente Garantidora, relativas ao exercício social a ser encerrado na data de 31 de dezembro de 2024, com a consequente não declaração de Vencimento Antecipado das obrigações constantes das Debêntures e da Escritura de Emissão; (B) O Debenturista representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção em relação a este item, concedeu anuência prévia à Companhia e à Interventente Garantidora, quanto à eventual ocorrência de não manutenção dos Índices Financeiros ("covenants") apurados anualmente pela Interventente Garantidora, nos termos da cláusula 4.14.1, inciso "xxv" da Escritura de Emissão, com base, exclusivamente, nas informações financeiras consolidadas da Interventente Garantidora, relativas ao exercício social a ser encerrado na data de 31 de dezembro de 2024, com a consequente não declaração de Vencimento Antecipado das obrigações constantes das Debêntures e da Escritura de Emissão; (C) O Debenturista representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção em relação a este item, concedeu aprovação para que a Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, realize todos os atos necessários à celebração e devida formalização da Ordem do Dia. **8. Anuência/waiver Sob Condição Suspensiva:** A validade da presente anuência/waiver fica condicionada à obtenção da anuência/waiver para o descumprimento dos Índices Financeiros, para o exercício social a ser encerrado na data de 31 de dezembro de 2024, previstos em contratos de empréstimo e financiamentos, celebrados pela Companhia, pela Interventente Garantidora e/ou outras empresas do Grupo Azul, conforme descrito no item 18.4 – Cláusulas Restritivas das Demonstrações Financeiras da Interventente Garantidora, referentes ao quarto trimestre de 2024. As referidas anuências/waivers deverão ser apresentadas ao Agente Fiduciário até 30 de abril de 2025. **9. Manutenção/alteração de Remuneração:** A remuneração atual será elevada 1% para 100% (cem por cento) da taxa DI acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 5,2% a.a. (primeiro step up), a partir de 01 de Abril de 2025, em caso de não elevação da Nota de Crédito em, no mínimo, 1 nível, por pelo menos uma das agências de rating, até 31 de março de 2025 e para 100% (cem por cento) da taxa DI acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 5,75% a.a. (segundo step up), a partir de 01 Julho 2025, em caso de não elevação da Nota de Crédito em, no mínimo, 1 nível, por pelo menos uma das agências de rating, até 30 de junho de 2025. Desde já a Emissora assume o compromisso de aditar a Escritura de Emissão, no prazo de até 30 dias úteis, após 31 de março de 2025 e também após 30 de junho de 2025, para constar as novas taxas, caso necessário. **10. Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, não houve qualquer manifestação. Assim sendo, nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada digital ou eletronicamente pelos presentes, em conformidade com as disposições da Medida Provisória nº 2.200-2/2001. **Certifico que a presente é ata fiel da ata lavrada em livro próprio.** Barueri/SP, 30 de dezembro de 2024. Mesa: Abhi Manoj Shah - Presidente; Carlos Alberto Marion - Secretário. **Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. (Emissora ou Companhia), Por: Abhi Manoj Shah - CPF/MF: 233.420.638-58, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (Agente Fiduciário), Por: Vinicius Alves de Lima - CPF/MF: 369.903.248-56, Azul S.A. (Fiadora), Por: John Peter Rodgerson - CPF/MF: 233.337.188-98. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 5.314/25-2 em 13/01/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.**

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/01/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.

CNPJ/MF nº 09.296.295/0001-60 - NIRE 35.300.359.534

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 9ª (nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., realizada em 30 de dezembro de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 30 dias do mês de dezembro de 2024, às 10h00, na forma da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), de maneira exclusivamente remota e eletrônica, com a dispensa da videoconferência em razão da presença do Debenturista (conforme abaixo definido) titular da totalidade das Debêntures em circulação, com os votos proferidos via e-mail que foram arquivados na sede da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. ("Emissora" ou "Companhia"), localizada na Avenida Marcos Penteado de Uhlôa Rodrigues, nº 939, 9º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Bairro de Tamboré, CEP 06460-040, no município de Barueri, Estado de São Paulo. **2. Convocação:** Dispensada a convocação por edital, tendo em vista a presença do debenturista representando a totalidade das debêntures em circulação, emitidas no âmbito do "Instrumento Particular de Escritura da 9ª (Nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.", bem como seus eventuais aditamentos ("Debêntures" e "Escríptura de Emissão", respectivamente), nos termos dos artigos 71, § 2º e 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e do artigo 71, § 2º da Resolução CVM 81. **3. Presença:** Compareceram, de forma virtual: **(i)** o Debenturista representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, emitidas no âmbito do "Instrumento Particular de Escritura da 9ª (Nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.", bem como seus eventuais aditamentos ("Debêntures" e "Escríptura de Emissão", respectivamente), nos termos dos artigos 71, § 2º e 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e do artigo 71, § 2º da Resolução CVM 81. **4. Mesa:** Presidida pelo Sr. Abhi Manoj Shah, e secretariada pelo Sr. Carlos Alberto Marion. **5. Definições:** Os termos iniciados por letra maiúscula utilizados na presente ata, que não estiverem aqui definidos, têm o significado que lhe foi atribuído na Escritura de Emissão, ou em seus documentos correlatos, conforme aplicável. **6. Ordem do Dia:** Apreciar, analisar, discutir e deliberar sobre: **(A)** A concessão de anuência prévia quanto à eventual ocorrência de não manutenção dos Índices Financeiros (covenants) apurados anualmente pela Azul S.A. ("Interveniente Garantidora"), nos termos da cláusula 4.14.1, inciso "xxv" da Escritura de Emissão, com base, exclusivamente, nas informações financeiras consolidadas da Interveniente Garantidora, relativas ao exercício social a ser encerrado na data de 31 de dezembro de 2024, sem que seja considerada qualquer evento de Vencimento Antecipado da Emissão; **(B)** A aprovação da não declaração da Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures, conforme previsão constante na Cláusula 4.22, parágrafo 6º, item **(i)**, da Escritura de Emissão para que a Companhia, assim como a Interveniente Garantidora, possa realizar captações de recursos de até US\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares americanos). Sendo certo que, conforme Fato Relevante divulgado em 14 de novembro de 2024, esse processo já foi iniciado; e **(C)** A aprovação para que a Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, realize todos os atos necessários à celebração e devida formalização da Ordem do Dia. **7. Deliberações:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, restou decidido, sem ressalvas, o quanto segue: **(A)** O Debenturista representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção em relação a este item, concedeu anuência prévia à Companhia e à Interveniente Garantidora, quanto a eventual ocorrência de não manutenção dos Índices Financeiros (covenants) apurados anualmente pela Interveniente Garantidora, nos termos da cláusula 4.14.1, inciso "xxv" da Escritura de Emissão, com base, exclusivamente, nas informações financeiras consolidadas da Interveniente Garantidora, relativas ao exercício social a ser encerrado na data de 31 de dezembro de 2024, com a consequente não declaração de Vencimento Antecipado das obrigações constantes das Debêntures e da Escritura de Emissão; **(B)** O Debenturista representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção em relação a este item, aprovou a não declaração da Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures, conforme previsão constante na Cláusula 4.22, parágrafo 6º, item **(i)**, da Escritura de Emissão para que a Companhia, assim como a Interveniente Garantidora, possa realizar captações de recursos de até US\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares americanos). Sendo certo que conforme Fato Relevante divulgado em 14 de novembro de 2024, esse processo já foi iniciado; e **(C)** O Debenturista representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção em relação a este item, concedeu aprovação para que a Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, realize todos os atos necessários à celebração e devida formalização da Ordem do Dia. **8. Anuência/Waiver sob Condição Suspensiva:** A validade da presente anuência/waiver fica condicionada à obtenção de anuência/waiver para o descumprimento dos Índices Financeiros, para o exercício social a ser encerrado na data de 31 de dezembro de 2024, previstos em contratos de empréstimo e financiamentos, celebrados pela Companhia, pela Interveniente Garantidora e/ou outras empresas do Grupo Azul, conforme descrito no item 18.4 – Cláusulas Restritivas das Demonstrações Financeiras da Interveniente Garantidora, referentes ao quarto trimestre de 2024. As referidas anuências/waivers deverão ser apresentadas ao Agente Fiduciário até 30 de abril de 2025. **9. Manutenção/Alteração de Remuneração:** A remuneração atual será elevada I para 100% (cem por cento) da taxa DI acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 5,2% a.a. (primeiro step up), a partir de 01 de Abril de 2025, em caso de não elevação da Nota de Crédito em, no mínimo, 1 nível, por pelo menos uma das agências de rating, até 31 de março de 2025 e II para 100% (cem por cento) da taxa DI acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 5,75% a.a. (segundo step up), a partir de 01 Julho 2025, em caso de não elevação da Nota de Crédito em, no mínimo, 1 nível, por pelo menos uma das agências de rating, até 30 de junho de 2025. Desde já a Emissora assume o compromisso de aditar a Escritura de Emissão, no prazo de até 30 dias úteis, após 31 de março de 2025 e também após 30 de junho de 2025, para constar as novas taxas, caso necessário. **10. Encerramento:** Oferecida a palavra a quem da quisesse fazer uso, não houve qualquer manifestação. Assim sendo, nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada digital ou eletronicamente pelos presentes, em conformidade com as disposições da Medida Provisória nº 2.200-2/2001. Certifico que a presente é *ata da lida e lavrada em livro próprio*. Barueri/SP, 30 de dezembro de 2024. **Mesa:** Abhi Manoj Shah – Presidente; Carlos Alberto Marion – Secretário. **Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. (Emissora ou Companhia)** Por: Abhi Manoj Shah CPF/MF: 233.420.638-58; **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (Agente Fiduciário)** Por: Vinicius Alves de Lima CPF/MF: 369.903.248-56; **Azul S.A. (Fiduciária)** Por: John Peter Rodgerson CPF/MF: 233.337.188-98. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifco o registro sob o nº 5.309/25-6 em 13/01/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.

CNPJ/MF nº 09.296.295/0001-60 - NIRE 35.300.359.534

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2024

1. Data, Horário e Local: aos 26 dias do mês de dezembro de 2024, às 10h00, na sede social da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Uhlôa Rodrigues, 939, 9º andar, Ed. Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Bairro de Tamboré, CEP 06460-040. **2. Convocação e Presença:** dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Acções"), em função da presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Abhi Manoj Shah; Secretário(a): Raphael Linares. **4. Ordem do Dia:** foram tomadas as seguintes análises e deliberações, observados os impedimentos legais: **4.1.** A Autorização expressa à diretoria da Companhia e/ou seus eventuais procuradores, conforme o caso, a discutir, negociar e assinar o Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 12ª (décima segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Com Garantia Adicional Fidejussória, em Espécie Única, Para Distribuição Pública, da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. ("2º Aditamento"). **5. Deliberações:** após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade dos votos e sem quaisquer ressalvas, o que segue: **5.1.** Autorizar expressamente a diretoria da Companhia e/ou seus eventuais procuradores, conforme o caso, a discutir, negociar e assinar o 2º Aditamento, celebrado entre a Companhia, a Vortex Raizadora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., como Agente Fiduciário, Azul S.A., como fiduciária, e a Raizadora S.A., como interveniente auente, em 26 de novembro de 2024, o qual alterará **(i)** em razão da distribuição parcial das Debêntures e do cancelamento das Debêntures que não foram objeto de colocação, com a definição da quantidade de Debêntures efetivamente colocadas, a redação 7 das Cláusulas 2.6.6, 2.6.7, 2.6.8, 3.3.1 e 4.8.1; e **(ii)** em razão da implementação da Condicão Suspensiva, a redação das Cláusulas 4.23.1, 4.23.2 e 6.1.3 (xx). A ratificação de todos os atos praticados pela diretoria da Companhia e/ou seus eventuais procuradores, conforme o caso, necessários para a consecução das deliberações acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia geral extraordinária da Companhia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi pelos membros da mesa assinada. **Mesa:** Presidente: Abhi Manoj Shah; Secretário: Raphael Linares. **Acionistas Presentes:** **(i)** Azul S.A. (por seu Diretor Presidente, John Peter Rodgerson); e **(ii)** David Gary Neleman. Certifico que a presente ata é *cópia fiel daquela lavrada em livro próprio da Companhia, nos termos do parágrafo 3º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Acções*. Barueri, 26 de dezembro de 2024. **Abhi Manoj Shah** – Presidente; **Raphael Linares** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifco o registro sob o nº 1.421/25-6 em 14/01/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.

CNPJ/MF nº 09.296.295/0001-60 – NIRE 35.300.359.534

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 20 de dezembro de 2024

1. Data, Horário e Local: Realizada em 20 de dezembro de 2024, às 11h00, na sede social da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Marcos Penteado de Uhlôa Rodrigues, 939, 9º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, CEP 06460-040, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. **2. Presença:** Tendo comparecido a totalidade dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se evidencia da assinatura lançada no Livro de Presença de Acionistas da Companhia, na forma do art. 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como o artigo 6º, parágrafo 2º do estatuto social da Companhia, as formalidades de convocação foram dispensadas. **3. Mesa:** Assumiu a presidência da Mesa o Sr. Abhi Manoj Shah, que convidou a mim, Raphael Linares Felipe, para atuar como Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** A autorização para a emissão, pela Azul Investments LLP ("Azul Investments" ou "Emissor"), das Notas (conforme definido abaixo) de acordo com a Escritura (conforme definido abaixo), as quais serão garantidas pela Companhia e pela Azul S.A. ("Azul"). A emissão das Notas se insere no contexto da oferta de permuta (exchange offer) das "7.500% Senior Notes Due 2030" existentes, emitidas pela Azul Investments sob a escritura (indenture) datada de 28 de setembro de 2023, pelas Notas ("Oferta de Permuta"); **(ii)** a autorização para a concessão, pela Companhia, de garantia fidejussória em favor dos detentores das Notas e do trustee dos referidos detentores, destinada a garantir, de forma irrevogável e irretratável, as obrigações a serem assumidas pela Azul Investments em relação as Notas e a Escritura, conforme aplicável, bem como quaisquer outros contratos em relação as Notas a serem oportunamente celebrados; **(iii)** a autorização para a celebração de um ou mais Exchange Agreements (conforme definido abaixo) pela Companhia e Azul Investments, por meio do qual a Azul Investments concorda em emitir, e a Companhia e a Azul concordam em garantir, em garantir, as Notas, incluindo as disposições que regem a Oferta de Permuta e a emissão e permuta das Notas, nos termos ali previstos; **(iv)** a autorização para a Diretoria e/ou outros representantes da Companhia e/ou da Azul Investments, conforme aplicável, para praticarem todos e quaisquer atos necessários à implementação da Emissão (conforme definido abaixo) das Notas, da outorga da Garantia Fidejussória (conforme definido abaixo) e da Oferta de Permuta, podendo inclusive negociar os termos e condições específicos de tais transações, a contratação de prestadores de serviços (incluindo trustees, agentes de garantias, assessores legais e financeiros, auditores, entre outros), e celebrar todos e quaisquer os documentos necessários para a consumação das matérias previstas nos itens "ii" a "iii" acima, podendo negociar e celebrar quaisquer acordos, comunicações, notificações, certificados, aditamentos ou documentos que julgar necessários ou apropriados para a emissão das Notas pela Azul Investments, incluindo, sem limitação, a celebração da Escritura, dos Exchange Agreements, term sheets, intercreditor agreements, bem como quaisquer documentos e/ou aditamentos relacionados a tais instrumentos, incluindo quaisquer escrituras adicionais; e **(v)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela Companhia, da Azul Investments e/ou de quaisquer subsidiárias e seus respectivos diretores e/ou representantes relacionados às matérias previstas nos itens "ii" a "iv" acima. **5. Deliberações:** Prestados os esclarecimentos necessários, após detida a análise dos documentos pertinentes referentes às matérias constantes da presente ata (incluindo dos principais termos das Notas), os acionistas presentes por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, aprovaram o quanto segue: **(i)** a autorização para a emissão, pela Azul Investments (a "Emissão"), das "7.500% Senior One PIK Notes Due 2030", no valor de principal agregado de US\$370.490.204, com vencimento em 2030 e com juros à taxa de 7.500% ao ano, pagáveis trimestralmente, em 30 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 30 de dezembro de cada ano (cada uma dessas datas sendo uma "Data de Pagamento de Juros"), sendo a primeira Data de Pagamento de Juros em 30 de dezembro de 2024 (que é também a "Data de Pagamento de Juros PIK"), conforme os termos e condições estabelecidos na Escritura (conforme definido abaixo); desde que, no entanto, no caso de o Emissor, em algum momento, deixar de pagar os juros ou quaisquer outros valores que possam ser devidos em relação as Notas ou à Garantia Fidejussória, o Emissor deverá realizar o pagamento dos juros em espécie sobre o principal ou parcelas de juros em atraso, na medida permitida por lei, à taxa suportada pelas Notas acrescida de 2% ao ano ("Notas"), de acordo com os termos da escritura (indenture) que regerá as Notas (a "Escríptura") e seus respectivos instrumentos contratuais a serem oportunamente celebrados, as quais serão garantidas pela Companhia e pela Azul. A emissão das Notas se insere no contexto da Oferta de Permuta; **(ii)** a autorização para a concessão, pela Companhia, de garantia fidejussória em favor dos detentores das Notas e do trustee de referidos detentores ("Garantia Fidejussória"), destinada a garantir, de forma irrevogável e irretratável, as obrigações a serem assumidas pela Azul Investments em relação as Notas e a Escritura, conforme aplicável, bem como quaisquer outros contratos em relação as Notas a serem oportunamente celebrados. A Garantia será concedida com a expressa renúncia ao benefício de ordem, direitos e facultades de exonerar de qualquer natureza previstas no Código Civil Brasileiro, bem como no Código de Processo Civil Brasileiro; **(iii)** a autorização para celebração, pela Azul Investments e Companhia, conforme aplicável, de um ou mais contratos de permuta (Exchange Agreements) ("Exchange Agreements"), por meio do qual a Azul Investments concorda em emitir, e a Companhia e a Azul concordam em garantir, as Notas, incluindo as disposições que regem a emissão e venda das Notas, nos termos ali previstos; **(iv)** a autorização para a Diretoria e/ou outros representantes da Companhia (incluindo seus procuradores), em nome da Companhia, em sua capacidade individual e na sua capacidade como Socia Gestora da Azul Investments, em nome da Azul Investments, praticarem todos e atos necessários para a implementação da Emissão das Notas, da outorga da Garantia Fidejussória e da Oferta de Permuta, podendo inclusive negociar os termos e condições específicos de tais transações, a contratação de prestadores de serviços (incluindo trustees, agentes de garantias, assessores legais e financeiros, auditores, entre outros), e celebrar todos e quaisquer documentos necessários para a consumação das matérias previstas nos itens "ii" a "iii" acima, podendo negociar e celebrar quaisquer acordos, comunicações, notificações, certificados, aditamentos ou documentos que julgar necessários ou apropriados para a emissão das Notas pela Azul Investments, incluindo, sem limitação, a negociação, celebração e entrega da Escritura, dos Exchange Agreements, term sheets, qualquer intercreditor agreements, bem como quaisquer outros documentos e/ou aditamentos contemplados ou relacionados a qualquer um dos anteriores, incluindo quaisquer escrituras adicionais; e **(v)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela Companhia, da Azul Investments e/ou de quaisquer subsidiárias e seus respectivos diretores e/ou representantes (incluindo procuradores) relacionados às matérias previstas nos itens "ii" a "iv" acima. **6. Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. Mesa: Sr. Abhi Manoj Shah – Presidente; Sr. Raphael Linares Felipe – Secretário; Acionistas: **(i)** Azul S.A. (por seu Diretor Presidente, John Peter Rodgerson); e **(ii)** David Gary Neleman. A presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Barueri, 20 de dezembro de 2024. **Raphael Linares Felipe** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifco o registro sob o nº 3.256/25-0 em 09/01/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

RHODIA BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 57.507.626/0001-06 – NIRE 35.300.019.385

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2024

1. Local, Data e Hora: No dia 27 de dezembro de 2024, às 14:00 horas na sede da companhia localizada na Avenida Maria Coelião, nº 215, Bloco B, 1º andar e subsolo, Bairro Jardim São Luiz, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05804-902.

2. Convocação e Presença: dispensada a publicação do edital de convocação, tendo em vista a presença da totalidade das acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas e ao final desta ata. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. Renata Giralde de Manreza Weigt, que convidou a mim,

Trusthub Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 02.211.906/0001-80

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 4 (quatro) Séries, da Trusthub Securitizadora S.A. realizada em 07 de janeiro de 2025

1. Data, Hora e Local: no dia 07 de janeiro de 2025, às 12:00 (doze) horas, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60") e da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), conforme aplicável, coordenada pela **Trusthub Securitizadora S.A.**, companhia securitizadora com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Alameda Cleveland, nº 509, 5º andar, Campos Eliseos, CEP 01218-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 02.211.906/0001-80 ("Emissora"), com a dispensa de videoconferência em razão da presença dos Debenturistas (conforme definido abaixo) representando 100% (cem por cento) das Debêntures (conforme abaixo definido) da Emissão (conforme abaixo definido). **2. Convocação:** dispensada a convocação por edital em razão da presença dos titulares representando 100% (cem por cento) das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quiografária, da 2ª (segunda) emissão, em 4 (quatro) séries, da Emissora, emitidas por meio da "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 4 (Quatro) Séries da Espécie Quiografária para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, e a 3ª e 4ª Séries da Espécie Subordinada para Colocação Privada, da Trusthub Securitizadora S.A.", celebrado em 18 de janeiro de 2023, conforme aditado de tempos em tempos ("Escritura de Emissão"), como exposto na Lista de Presença constante do Anexo I à presente ata ("Debenturistas", "Debêntures", "Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), nos termos do parágrafo único do artigo 28 da Resolução CVM 60. **3. Presença:** presentes os representantes (i) da Emissora; (ii) da **Planner Corretora de Valores S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, bairro Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54, na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"); e (iii) dos Debenturistas titulares de 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão), tudo conforme assinaturas constantes ao final desta ata. **4. Mesa:** Os trabalhos foram conduzidos por Salim Raphael Mansur, como Presidente, e por Nathália Guedes Esteves, como Secretária. **5. Ordem do Dia:** A presente assembleia tem como objeto discutir e deliberar sobre: (i) alteração do cronograma de amortização das Debêntures Seniores, originalmente programado para ocorrer em 09 (nove) parcelas, de janeiro de 2025 a setembro de 2025, conforme previsto no Fluxo de Pagamento do Anexo I da Escritura de Emissão, para um novo cronograma de 6 (seis) parcelas, de janeiro de 2026 a junho de 2026, conforme estabelecido no Anexo II desta ata; (ii) alteração do cronograma de amortização das Debêntures Mezanino A e B, originalmente programado para ocorrer em 12 (doze) parcelas, de janeiro de 2026 a dezembro de 2026, conforme previsto no Fluxos do Anexo II da Escritura de Emissão, para um novo cronograma de 6 (seis) parcelas, de julho de 2026 a dezembro de 2026, conforme estabelecido no Anexo III desta ata; e (iii) Alteração do cronograma de pagamento de juros das Debêntures Seniores e Mezanino A e B, para um novo cronograma, conforme previsto nos Anexos II e III desta ata; (iv) no caso do item I acima ser aprovado, a consequente postergação do vencimento das Debêntures Seniores para 15 de junho de 2026; e (v) a ratificação de todos e quaisquer atos até então praticados pelas Partes e pelo Agente Administrativo para a implementação das matérias deliberadas e aprovadas através da presente assembleia. **6. Deliberações:** colocada em discussão as matérias objeto da Ordem do Dia, restou aprovado pelos Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção: (i) aprovar a alteração do cronograma de amortização das Debêntures Seniores, originalmente programado para ocorrer em 09 (nove) parcelas, de janeiro de 2025 a setembro de 2025, conforme previsto no Fluxo de Pagamento do Anexo I da Escritura de Emissão, para um novo cronograma de 6 (seis) parcelas, de janeiro de 2026 a junho de 2026, conforme estabelecido no Anexo II desta ata; (ii) aprovar a alteração do cronograma de amortização das Debêntures Mezanino, originalmente programado para ocorrer em 12 (doze) parcelas, de janeiro de 2026 a dezembro de 2026, conforme previsto no Fluxo de Pagamento do Anexo II da Escritura de Emissão, para um novo cronograma de 6 (seis) parcelas, de julho de 2026 a dezembro de 2026, conforme estabelecido no Anexo III desta ata; e (iii) aprovar a ratificação de todos e quaisquer atos até então praticados pelas Partes e pelo Agente Fiduciário e pelo Agente Administrativo para a implementação das matérias deliberadas e aprovadas através da presente assembleia. **7. Disposições Finais:** **7.1.** As deliberações tomadas pelos Debenturistas nesta assembleia, conforme descritas no item 6 acima, não deverão ser interpretadas como renúncia dos Debenturistas quanto ao cumprimento, pela Emissora, das obrigações assumidas nos Documentos da Emissão, conforme aditados; ou (b) não deverão impedir, restringir e/ou limitar o exercício, pelos Debenturistas, de quaisquer direitos oriundos dos Documentos da Emissão, conforme aditados, bem como não deverão implicar em quaisquer formas de novação ou extinção das garantias prestadas às Debêntures, observando o disposto nos artigos 360 a 367 e 838 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, exceto nas hipóteses expressamente deliberadas e aprovadas nesta assembleia. **7.2.** A Emissora e o Agente Fiduciário questionaram os Debenturistas acerca de qualquer hipótese que poderia ser caracterizada como conflito de interesses em relação à matéria da Ordem do Dia e demais partes da Emissão. Além disso, o Agente Fiduciário destacou que não podem votar em sede de Assembleia os Debenturistas titulares das Debêntures Subordinadas Mezanino B e das Debêntures Subordinadas Júnior que se encontrem em situação de conflito de interesse e/ou em deliberações relacionadas a qualquer matéria que atribua qualquer vantagem, crie e/ou aumente qualquer direito e/ou atenuante qualquer obrigação relacionadas à Emissora e/ou a SRM, conforme cláusula 12.10.2 da Escritura de Emissão. **7.3.** O Agente Fiduciário e a Emissora verificaram os poderes dos representantes dos Debenturistas e verificaram quorum suficiente para a instalação e deliberações, conforme exigido pela Escritura de Emissão e declararam, juntamente com o Presidente e o Secretário, a presente Assembleia Geral de Debenturistas devidamente instalada. **7.4.** Os Debenturistas, por seus representantes aqui presentes, declararam para todos os fins e efeitos de direito reconhecer todos os atos aqui deliberados e os riscos decorrentes das deliberações. **7.5.** Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Emissão, conforme aplicável. **7.6.** A Emissora informa que a presente Assembleia Geral de Debenturistas atende todos os requisitos e orientações de procedimentos necessários à sua realização, conforme previsto na Resolução CVM 60. **7.7.** As partes aqui presentes reconhecem a autenticidade, integridade, validade e eficácia desta Assembleia Geral de Debenturistas, conforme o disposto nos artigos 219 e 220 do Código Civil Brasileiro, em formato eletrônico e/ou assinada pelas partes por meio de certificados eletrônicos emitidos pela ICP-Brasil ou não, conforme o disposto no artigo 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, sendo certo que a data de assinatura desta ata é a data indicada abaixo, não obstante a data em que a última das assinaturas digitais foi realizada. **7.8.** Por fim, os presentes autorizam a publicação no website da Emissora e o encaminhamento à CVM da presente ata em forma sumária, com a omissão da assinatura e qualificação dos Debenturistas. **8. Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, foi assinada digitalmente pelo Presidente, pelo Secretário, e por todos os presentes, conforme Lista de Presença anexa. São Paulo-SP, 07 de janeiro de 2025. Salim Raphael Mansur – Presidente; Nathália Guedes Esteves – Secretária. **Planner Corretora de Valores S.A.** Agente Fiduciário, Rafael Ciro Pereira Covre CPF: 407.585.768-97 Cargo: Procurador; Nathália Guedes Esteves CPF: 107.606.197-43 Cargo: Procuradora; **Trusthub Securitizadora S.A.** Emissora Salim Raphael Mansur CPF: 139.474.568-08 Cargo: Diretor. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 43.657/254 em 24/01/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Trusthub Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 02.211.906/0001-80

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 4 (quatro) Séries, da Trusthub Securitizadora S.A. realizada em 13 de dezembro de 2024.

1. Data, Hora e Local: no dia 13 de dezembro de 2024, às 12:00 (doze) horas, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60") e da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), conforme aplicável, coordenada pela **Trusthub Securitizadora S.A.**, companhia securitizadora com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Alameda Cleveland, nº 509, 5º andar, Campos Eliseos, CEP 01218-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 02.211.906/0001-80 ("Emissora"), com a dispensa de videoconferência em razão da presença dos Debenturistas (conforme definido abaixo) representando 100% (cem por cento) das Debêntures (conforme abaixo definido) da Emissão (conforme abaixo definido). **2. Convocação:** dispensada a convocação por edital em razão da presença dos titulares representando 100% (cem por cento) das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quiografária, da 2ª (segunda) emissão, em 4 (quatro) séries, da Emissora, emitidas por meio do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 4 (Quatro) Séries, Sendo a 1ª e 2ª Séries da Espécie Quiografária para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, e a 3ª e 4ª Séries da Espécie Subordinada para Colocação Privada, da Trusthub Securitizadora S.A.", celebrado em 18 de janeiro de 2023, conforme aditado de tempos em tempos ("Escritura de Emissão"), como exposto na Lista de Presença constante do Anexo I à presente ata ("Debenturistas", "Debêntures", "Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), nos termos do parágrafo único do artigo 28 da Resolução CVM 60. **3. Presença:** presentes os representantes (i) da Emissora; (ii) da **Planner Corretora de Valores S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, bairro Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54, na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"); e (iii) dos Debenturistas titulares de 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão), tudo conforme assinaturas constantes ao final desta ata. **4. Mesa:** Os trabalhos foram conduzidos por Salim Raphael Mansur, como Presidente, e por Nathália Guedes Esteves, como Secretária. **5. Ordem do Dia:** A presente assembleia tem como objeto discutir e deliberar sobre: (i) alteração do cronograma de amortização das Debêntures Seniores, originalmente programado para ocorrer em 09 (nove) parcelas, de janeiro de 2025 a setembro de 2025, conforme previsto no Fluxo de Pagamento do Anexo I da Escritura de Emissão, para um novo cronograma de 6 (seis) parcelas, de janeiro de 2026 a junho de 2026, conforme estabelecido no Anexo II desta ata; (ii) alteração do cronograma de amortização das Debêntures Mezanino A e B, originalmente programado para ocorrer em 12 (doze) parcelas, de janeiro de 2026 a dezembro de 2026, conforme estabelecido no Anexo III desta ata; (iii) alteração do cronograma de pagamento de juros das Debêntures Seniores e Mezanino A e B, para um novo cronograma, conforme previsto nos Anexos II e III desta ata; (iv) no caso do item I acima ser aprovado, a consequente postergação do vencimento das Debêntures Seniores para 15 de junho de 2026; e (v) a ratificação de todos e quaisquer atos até então praticados pelas Partes e pelo Agente Administrativo para a implementação das matérias deliberadas e aprovadas através da presente assembleia. **6. Deliberações:** colocada em discussão as matérias objeto da Ordem do Dia, restou aprovado pelos Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção: (i) aprovar a alteração do cronograma de amortização das Debêntures Seniores, originalmente programado para ocorrer em 09 (nove) parcelas, de janeiro de 2025 a setembro de 2025, conforme previsto no Fluxo de Pagamento do Anexo I da Escritura de Emissão, para um novo cronograma de 6 (seis) parcelas, de janeiro de 2026 a junho de 2026, conforme estabelecido no Anexo II desta ata; (ii) aprovar a alteração do cronograma de amortização das Debêntures Mezanino, originalmente programado para ocorrer em 12 (doze) parcelas, de janeiro de 2026 a dezembro de 2026, conforme estabelecido no Anexo III desta ata; (iii) aprovar a ratificação de todos e quaisquer atos até então praticados pelas Partes e pelo Agente Fiduciário e pelo Agente Administrativo para a implementação das matérias deliberadas e aprovadas através da presente assembleia. **7. Disposições Finais:** **7.1.** As deliberações tomadas pelos Debenturistas nesta assembleia, conforme descritas no item 6 acima, não deverão ser interpretadas como renúncia dos Debenturistas quanto ao cumprimento, pela Emissora, das obrigações assumidas nos Documentos da Emissão, conforme aditados; ou (b) não deverão impedir, restringir e/ou limitar o exercício, pelos Debenturistas, de quaisquer direitos oriundos dos Documentos da Emissão, conforme aditados, bem como não deverão implicar em quaisquer formas de novação ou extinção das garantias prestadas às Debêntures, observando o disposto nos artigos 360 a 367 e 838 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, exceto nas hipóteses expressamente deliberadas e aprovadas nesta assembleia. **7.2.** A Emissora e o Agente Fiduciário questionaram os Debenturistas acerca de qualquer hipótese que poderia ser caracterizada como conflito de interesses em relação à matéria da Ordem do Dia e demais partes da Emissão. Além disso, o Agente Fiduciário destacou que não podem votar em sede de Assembleia os Debenturistas titulares das Debêntures Subordinadas Mezanino B e das Debêntures Subordinadas Júnior que se encontrem em situação de conflito de interesse e/ou em deliberações relacionadas a qualquer matéria que atribua qualquer vantagem, crie e/ou aumente qualquer direito e/ou atenuante qualquer obrigação relacionadas à Emissora e/ou a SRM, conforme cláusula 12.10.2 da Escritura de Emissão. **7.3.** O Agente Fiduciário e a Emissora verificaram os poderes dos representantes dos Debenturistas e verificaram quorum suficiente para a instalação e deliberações, conforme exigido pela Escritura de Emissão e declararam, juntamente com o Presidente e o Secretário, a presente Assembleia Geral de Debenturistas devidamente instalada. **7.4.** Os Debenturistas, por seus representantes aqui presentes, declararam para todos os fins e efeitos de direito reconhecer todos os atos aqui deliberados e os riscos decorrentes das deliberações. **7.5.** Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Emissão, conforme aplicável. **7.6.** A Emissora informa que a presente Assembleia Geral de Debenturistas atende todos os requisitos e orientações de procedimentos necessários à sua realização, conforme previsto na Resolução CVM 60. **7.7.** As partes aqui presentes reconhecem a autenticidade, integridade, validade e eficácia desta Assembleia Geral de Debenturistas, conforme o disposto nos artigos 219 e 220 do Código Civil Brasileiro, em formato eletrônico e/ou assinada pelas partes por meio de certificados eletrônicos emitidos pela ICP-Brasil ou não, conforme o disposto no artigo 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, sendo certo que a data de assinatura desta ata é a data indicada abaixo, não obstante a data em que a última das assinaturas digitais foi realizada. **7.8.** Por fim, os presentes autorizam a publicação no website da Emissora e o encaminhamento à CVM da presente ata em forma sumária, com a omissão da assinatura e qualificação dos Debenturistas. **8. Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, foi assinada digitalmente pelo Presidente, pelo Secretário, e por todos os presentes, conforme Lista de Presença anexa. São Paulo-SP, 13 de dezembro de 2024. Salim Raphael Mansur – Presidente; Nathália Guedes Esteves – Secretária. **Planner Corretora de Valores S.A.** Agente Fiduciário, Rafael Ciro Pereira Covre CPF: 407.585.768-97 Cargo: Procurador; Nathália Guedes Esteves CPF: 107.606.197-43 Cargo: Procuradora; **Trusthub Securitizadora S.A.** Emissora, Salim Raphael Mansur (CPF: 139.474.568-08) – Diretor. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 44.825/250 em 27/01/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.brDocumento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001
Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/01/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

Allied Tecnologia S.A.
CNPJ/MF nº 20.247.322/0037-58 - NIRE 35.300.465.369
Código CVM nº 02533-0 - Companhia Aberta
Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária
a ser realizada em 21 de fevereiro de 2025

Allied Tecnologia S.A. ("Allied" ou "Companhia"), vem pelo presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada e em vigor ("Lei das S.A."), e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29/03/2022, conforme alterada e em vigor ("Resolução CVM 81"), convocar Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("Assembleia" ou "AGE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **21 de fevereiro de 2025, às 14h30**, de forma exclusivamente presencial, na sede social da Companhia, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, à Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 22º andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia, visando a reforma do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto"): **(i)** alteração do caput do artigo 5º do Estatuto para atualizar o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em razão do aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia dentro do limite do capital autorizado; **(ii)** alteração do artigo 28 do Estatuto para alterar o número máximo de membros que compõe a Diretoria Estatutária e os cargos obrigatórios; **(iii)** alteração do artigo 30 do Estatuto para alterar a representação da Companhia nos casos em que envolver assunção de obrigação da Companhia em montante superior ao estabelecido na Política Interna de Alcada para Assunção de Obrigações; **(iv)** exclusão dos artigos 35 e 37 do Estatuto, em consequência da aprovação do item **(ii)** acima; **(v)** exclusão dos artigos 43 a 45, que compõem o Capítulo IX do Estatuto, deixando o Comitê de Recursos Humanos de ser um comitê estatutário; **(vi)** alteração da redação do artigo 54 do Estatuto para substituir a referência à Câmara de Arbitragem do Mercado pela referência ao Regulamento do Novo Mercado; **(vii)** consolidação do Estatuto em razão da aprovação das deliberações anteriores; e **(viii)** a autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima, caso aprovadas. **Informações Gerais: Documentos à disposição dos acionistas:** A Proposta da Administração contemplando toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia da AGE com a justificativa para a sua realização no formato presencial, o Boletim de Voto a Distância ("Boletim") e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto, conforme previsto na Resolução CVM 81, foram disponibilizados nesta data e encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (<http://ri.alliedbrasil.com.br>), em conformidade com as disposições da Lei das S.A. **Participação dos acionistas na AGE:** Poderão participar da Assembleia os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou em custódia fungível, conforme dispõe o artigo 126 da Lei das S.A.: **(i)** pessoalmente; **(ii)** por seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos; ou **(iii)** via Boletim, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para o exercício do voto a distância constam do modelo de Boletim e do item 1.1.2 do Manual de Participação em Assembleia Geral Extraordinária da Allied Tecnologia S.A. e do modelo de Boletim, os quais podem ser acessados nos websites da Companhia (<http://ri.alliedbrasil.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br). **Documentos necessários:** Os acionistas que desejem participar da AGE, que será presencial, deverão enviar para o e-mail r@alliedbrasil.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, preferencialmente até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia **19 de fevereiro de 2025**, os seguintes documentos: **(i) quando pessoa física:** documento de identidade com foto do acionista ou, quando representado por procurador, documento de identidade de seu representante legal e cópia do documento que comprove os poderes do signatário; **(ii) quando pessoa jurídica:** cópia autenticada do último estatuto ou contrato social, ata de eleição do Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição dos representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia e/ou procuração, bem como documento de identificação com foto dos representante(s) legal(is); e **(iii) quando fundo de investimento:** cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto dos representante(s) legal(is). A Companhia esclarece que, excepcionalmente, dispensará o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização ou apostilamento, conforme o caso, e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista, que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou espanhola, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. Os Boletins de voto à distância poderão ser enviados pelos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia, do depositário central ou diretamente à Companhia, conforme disposto no item 1.1.2 do Manual de Participação em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e no modelo de Boletim, até **18 de fevereiro de 2025**. Eventuais Boletins recebidos após essa data serão desconsiderados. As informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação na AGE, bem como a justificativa para a sua realização no formato presencial, constam do Manual de Participação em Assembleia Geral Extraordinária, que pode ser acessado nos websites da Companhia (<http://ri.alliedbrasil.com.br>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br). São Paulo/SP, 31 de janeiro de 2025.
Rafael Patury Carneiro Leão – Presidente do Conselho de Administração. (31/01, 03 e 04/02/2025)

99Pay S.A.
CNPJ/MF nº 32.088.314/0001-84 - NIRE 35.300.528.271
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de janeiro de 2025

Data, Horário e Local. No dia 17 de janeiro de 2025, às 11:00 horas, na sede da 99Pay S.A. ("Companhia") localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2537, 11º andar, Sala 11, 1008, Bela Vista, CEP 01311-300. **Convocação e Presença.** Dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista o comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **Mesa.** Presidente: Bruno Rodrigues Furtado de Mendonça; Secretária: Andressa Andrade. **Lavratura da Ata.** Os acionistas presentes aprovaram a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º da Lei das S.A. **Ordem do Dia.** Examinar, discutir e deliberar sobre: **(i)** o aumento do capital social no montante total de R\$ 18.085.499,00 (dezento milhões, oitenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e nove reais), mediante a emissão, subscrição e integralização de ações ordinárias da Companhia, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e **(ii)** a autorização para que a administração da Companhia promova todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas nesta assembleia. **Deliberações Tomadas.** Instalada a assembleia, os acionistas aprovaram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas ou restrições, as seguintes deliberações: **(i)** O aumento do capital social da Companhia **dos atuais** R\$ 268.094.183,45 (duzentos e sessenta e oito milhões, noventa e quatro mil, cento e oitenta e três reais e quarenta e cinco centavos) **para** R\$ 286.179.682,45 (duzentos e oitenta e seis milhões, cento e setenta e nove mil, seiscentos e oitenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), com um aumento efetivo, portanto, de de R\$ 18.085.499,00 (dezento milhões, oitenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e nove reais), mediante emissão de 18.085.499 (dezento milhões, oitenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, fixado de acordo com o disposto no inciso I do § 1º, do artigo 170, da Lei das S.A., as quais são, neste ato, totalmente subscritas pelas acionistas da Companhia de maneira proporcional em relação às suas participações atuais no capital social da Companhia conforme disposto abaixo. O capital social da Companhia está devidamente integralizado nos termos do caput do art. 170 da Lei das S.A; a) A acionista **99Pay LLC**, sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis de Delaware, com sede na Rua N. Broad, 651, Sala 206, Middletown DE 19709, inscrita no CNPJ/MF sob nº 44.217.723/0001-12, aporta o valor de R\$ 18.081.882,90 (dezento milhões, oitenta e um mil, oitocentos e oitenta e dois reais e noventa centavos) em moeda corrente nacional à Companhia, dos quais: (i) R\$ 18.081.882,00 (dezento milhões, oitenta e um mil, oitocentos e oitenta e dois reais) são utilizados para a subscrever e integralizar 18.081.882 (dezento milhões, oitenta e uma mil, oitocentas e oitenta e duas) novas ações ordinárias e sem valor nominal da Companhia, nos termos do Boletim de Subscrição que integra a presente ata como Anexo I; e (ii) R\$ 0,90 (noventa centavos) serão destinados à Reserva de Capital da Companhia nos termos do Artigo 182, § 1º, a da Lei das S.A. b) A acionista **Xiaoju Technology Holdings (CAY) CO.**, sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis de Cayman, com sede em Hareys, Fiduciary (Cayman) Limited, 4º Andar, Harbour Place, Rua South Church, 10, P.O. Box 10240, Grand Cayman KY1-1002, Ilhas Cayman, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.217.724/0001-67, aporta o valor de R\$ RS 3.617,10 (três mil seiscentos e dezessete reais e dez centavos) em moeda corrente nacional à Companhia, dos quais: (i) R\$ 3.617,00 (três mil seiscentos e dezessete reais) são utilizados para subscrever e integralizar 3.617 (três mil seiscentas e dezessete) novas ações ordinárias e sem valor nominal da Companhia, nos termos do Boletim de Subscrição que integra a presente ata como Anexo I; e (ii) R\$ 0,10 (dez centavos) serão destinados à Reserva de Capital da Companhia nos termos do Artigo 182, § 1º, a da Lei das S.A. **(ii)** Em face do aumento de capital aprovado acima, os Acionistas aprovam a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação: **"Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 286.179.682,45 (duzentos e oitenta e seis milhões, cento e setenta e nove mil, seiscentos e oitenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), dividido em 286.361.898 (duzentas e oitenta e seis mil, seiscentas e dezessete reais, trezentas e sessenta e uma mil, oitocentas e noventa e oito) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal."** **(iii)** Autorizar a administração da Companhia para realizar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora. **Encerramento e Lavratura da Ata.** Nada mais havendo a tratar e na ausência de manifestação por qualquer dos presentes, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Assinaturas.** Presidente: Bruno Rodrigues Furtado de Mendonça. Secretária: Andressa Andrade. Acionistas Presentes: Xiaoju Technology Holdings (CAY) CO. (Bruno Rodrigues Furtado de Mendonça); e 99 Pay LLC (Bruno Rodrigues Furtado de Mendonça). Esta ata é **cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio**. São Paulo, SP, 17 de janeiro de 2025. **Mesa:** Bruno Rodrigues Furtado de Mendonça – Presidente; Andressa Andrade – Secretaria. Acionistas Presentes: Xiaoju Technology Holdings (CAY) CO. p. Bruno Rodrigues Furtado de Mendonça; 99 Pay LLC, p. Bruno Rodrigues Furtado de Mendonça. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifco o registro sob o nº 28.778/25-0 em 27/01/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.



Teaga Inovação e Tecnologia S.A.

CNPJ/ME nº 44.179.518/0001-00 - NIRE 35.300.610.288

Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas Realizada em 15 de setembro de 2023

1. Data, Hora e Local: 15 de setembro de 2023, às 10:00 horas, na sede da Teaga Inovação e Tecnologia S.A., na cidade de Taubaté, estado de São Paulo, na Rua Marechal Arthur da Costa e Silva, 1295, Sala 01, Centro, CEP 12.030-810 ("Companhia"). **2. Convocação:** Dispensada, em virtude da presença de acionistas representando a totalidade do capital social, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76. **3. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme lista de presença constante do Anexo I à presente Ata. **4. Mesa:** Presidente: Thomaz Augusto Diniz Pinelli; Secretário: Willian da Silva Trindade. **5. Ordem do Dia:** (i) aprovar o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), mediante a conversão de créditos detidos contra a Companhia, com a consequente emissão de novas ações; e (ii) se aprovado o aumento acima, aprovar a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. **6. Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer reservas e/ou ressalvas: (i) Os acionistas presentes deliberaram e aprovaram o aumento do capital social da Companhia, **passando** dos atuais R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, **para** R\$ 830.000,00 (oitocentos e trinta mil reais), com um aumento, portanto, de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) e a consequente emissão de 800.000 (oitocentos mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em tudo igual às anteriores, emitidas aos preco de R\$ 1,00 (um real) cada uma. O preco de emissão das ações foi aprovado pela totalidade dos acionistas, sem ressalvas, considerando sobre tudo o interesse social da Companhia e foi fixado com base na perspectiva de rentabilidade futura da Companhia, conforme inciso I do §1º do artigo 170 da Lei das S.A. O valor de aumento será totalmente subscrito e integralizado nesta data pelo acionista Thomaz Augusto Diniz Pinelli, conforme Boletim de Subscrição da Companhia constante do Anexo II desta ata, mediante a conferência de créditos detidos pelo acionista Thomaz Augusto Diniz Pinelli contra a Companhia. Todos os acionistas declaram estar expressamente de acordo com o preco de emissão das novas ações, reconhecendo não haver diluição justificada da participação de qualquer acionista, cumprindo, portanto, a previsão contida no Art. 170, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. Ainda, os demais acionistas renunciaram expressamente ao direito de preferência na subscrição do aumento de capital, declarando, neste sentido, nada a opor e/ou reclamar a qualquer título, pretexto e/ou tempo. Em razão das deliberações tomadas acima, o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 830.000,00 (oitocentos e trinta mil reais), dividido em 830.000 (oitocentos e trinta mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Todas as ações ora subscritas participarão de forma integral de eventuais distribuições de dividendos a partir do exercício social em curso. (ii) Em decorrência da deliberação acima, os acionistas presentes deliberaram e aprovaram a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar, a partir da presente data, com a seguinte nova redação, a saber: "Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 830.000,00 (oitocentos e trinta mil reais), dividido em 830.000 (oitocentos e trinta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." O Estatuto Social da Companhia consolidado fará parte integrante desta ata no Anexo III. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. A presente ata confere com a original lavrada em livro próprio. Taubaté, 15 de setembro de 2023. Thomaz Augusto Diniz Pinelli, Presidente; Willian da Silva Trindade, Secretário. JUCESP nº 386.871/23-1 em 27/09/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. **Capítulo I. Da Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo de Duração.** Artigo 1º - A Companhia tem a denominação de **Teaga Inovação e Tecnologia S.A.** ("Companhia"), sendo uma sociedade anônima de capital fechado que se regerá por este Estatuto Social ("Estatuto Social"), pelas disposições legais aplicáveis, incluindo a Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). Artigo 2º - A Companhia tem sua sede e foro na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, na Rua Marechal Arthur da Costa e Silva, 1295, Sala 01, Centro, CEP 12.030-810. Parágrafo Único - A Companhia poderá abrir, instalar, transferir, fechar ou extinguir filiais, representações, depósitos e escritórios em qualquer parte do país ou do exterior, mediante deliberação dos Acionistas em Assembleia Geral. Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades (*holding*), como sócia ou acionista, no país ou no exterior. Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Do Capital Social.** Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 830.000,00 (oitocentos e trinta mil reais), dividido em 830.000 (oitocentos e trinta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo 1º - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Parágrafo 2º - A aquisição, por qualquer título, de ações da Companhia, importará na transferência de todos os direitos e obrigações a elas inerentes e na adesão a este Estatuto. **Capítulo III. Da Assembleia Geral.** Artigo 6º - As Assembleias Gerais reunir-se-ão ordinariamente, a cada ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando os interesses sociais exigirem. Parágrafo 1º - A convocação e instalação da Assembleia Geral deverá ser feita na forma da lei, com convocação por escrito a todos os Acionistas, por carta, e-mail ou qualquer outro meio, com pelo menos 8 (oito) dias corridos de antecedência da data designada em primeira convocação, e 5 (cinco) dias corridos de antecedência em segunda convocação. Será considerada regularmente convocada a Assembleia à qual comparecerem todos os Acionistas da Companhia. Parágrafo 2º - As Assembleias Gerais poderão ser realizadas de forma presencial, semipresencial ou virtual. Para realização de Assembleias semipresenciais ou virtuais será permitida a utilização de qualquer meio digital, incluindo, mas não se limitando a, conferência telefônica e videoconferência. Na convocação das Assembleias Gerais deverá constar sua forma de realização e, conforme o caso, o meio eletrônico por meio do qual a Assembleia será realizada, detalhando como os Acionistas poderão participar e votar a distância. Os Acionistas também poderão ser representados por procuradores devidamente constituídos com poderes expressos para votar na Assembleia Geral de Acionistas, contanto que o respectivo instrumento de mandato descreva expressamente o conteúdo do voto do Acionista representado. Parágrafo 3º - A Assembleia Geral será presidida por Acionista ou Diretor eleito no ato, que convidará, dentro os Diretores ou Acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. Artigo 7º - As matérias submetidas para aprovação nas Assembleias Gerais serão aprovadas pelos votos favoráveis dos Acionistas que representem a maioria do capital social votante da Companhia, salvo quórum específico previsto neste Estatuto Social ou na legislação em vigor. **Capítulo IV. Da Administração da Companhia.** Artigo 8º - A administração da Companhia será exercida por uma diretoria ("Diretoria") composta de 01 (um) até 05 (cinco) membros (os "Diretores"), todos pessoas físicas e residentes no país, sendo um deles designado como Diretor Presidente e os demais designados como Diretores sem designação específica. Os Diretores deverão empregar, no exercício de suas atividades, o devido cuidado, zelo e diligência, comprometendo-se a observar e cumprir todos os termos e condições estabelecidos na legislação aplicável, neste Estatuto Social, bem como em todas e quaisquer deliberações dos Acionistas tomadas em Assembleias Gerais. Parágrafo 1º - Os Diretores devem ser eleitos para mandatos de até 03 (três) anos, permitida a reeleição. Mesmo após o término do prazo do mandato, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a eleição e posse dos novos membros. Parágrafo 2º - Os Diretores poderão ter direito a uma retrada mensal, a título de *pró-labore*, definida em Assembleia Geral. Parágrafo 3º - A investidura dos Diretores far-se-á por termo de posse lavrado em livro próprio, dispensada qualquer garantia de caução. Caso apenas 01 (um) Diretor seja eleito, o referido Diretor será considerado, para todos os fins, como Diretor Presidente da Companhia, cabendo a ele, exclusivamente, todos os atos dispostos neste Capítulo IV. Parágrafo 4º - Em caso de renúncia ou impedimento permanente de qualquer Diretor durante o prazo de gestão para o qual foi eleito, deverá ser convocada uma Assembleia Geral, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento de notificação escrita de qualquer Acionista ou Diretor, para eleger o respectivo substituto, que completará o prazo de gestão em curso. Artigo 9º - Respeitado o disposto no Artigo 11 abaixo, os Diretores terão poderes de administração e gestão e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juiz ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir bens móveis ou imóveis e executar a venda, oneração ou cessão, no todo ou em parte, de bens móveis ou imóveis, desde que respeitados os limites impostos pela Lei e pelo Estatuto Social. §1º - O Diretor Presidente, em conjunto ou não com outros Diretores, e no limite de seus poderes, poderá constituir mandatários da Companhia, especificados no instrumento de mandato os atos e operações que o mandatário poderá realizar e o período de validade do mandato, que não poderá exceder o prazo de 1 (um) ano, exceto quando para fins judiciais. Artigo 10º - A representação da Companhia, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, será válida mediante assinatura: (i) do Diretor Presidente, isoladamente; e/ou (ii) de procurador, desde que constituído nos termos do parágrafo 1º do Artigo 10. **Capítulo V. Do Conselho Fiscal.** Artigo 11º - O Conselho Fiscal não será permanente e será composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos em Assembleia Geral, e funcionará apenas nos exercícios sociais em que for instalado a pedido dos Acionistas, na forma do artigo 161, § 2º da Lei das Sociedades por Ações. Parágrafo Único - Os membros do Conselho Fiscal terão a qualificação, prazo do mandato, competências, responsabilidades e deveres definidos em lei, e suas deliberações deverão ser lavradas em ata da reunião. A Assembleia Geral que os eleger deverá fixar a respectiva remuneração, observado o mínimo legal. **Capítulo VI. Do Exercício Social, Balanços, Lucros e Dividendos.** Artigo 12º - O exercício social compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas pela legislação vigente, podendo ser levantados balanços a qualquer tempo, com base nos quais poderão ser declarados e pagos dividendos. Artigo 13 - O lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral. **Capítulo VII. Da Liquidação Da Companhia.** Artigo 14º - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em Lei ou por deliberação da Assembleia Geral, respeitado o quórum estabelecido neste Estatuto. Parágrafo Único - Compete à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, eleger o Conselho Fiscal, se for o caso, e nomear o liquidante que atuará no período da liquidação, fixando-lhes remuneração. **Capítulo VIII. Das Disposições Gerais.** Artigo 15º - Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações, pelas demais normas da legislação pertinente e pelas deliberações da Assembleia Geral. Artigo 16º - Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste Estatuto.

Teaga Inovação e Tecnologia Ltda.

CNPJ/ME nº 44.179.518/0001-00 - NIRE 35.238.090.786

1ª Alteração do Contrato Social da Teaga Inovação e Tecnologia Ltda.
Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes abaixo: **Thomaz Augusto Diniz Pinelli**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 324.446.988-43, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.146.939-8, residente e domiciliado na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Copiaba, 15, Condomínio Residencial Alphaville II, CEP 12244-039, ("Thomaz"). **Único sócio da Teaga Inovação e Tecnologia Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, na Rua Marechal Arthur da Costa e Silva, 1295, Sala 01, Centro, CEP 12.030-810, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 44.179.518/0001-00, com seus atos constitutivos registrados e arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo-JUCESP sob o NIRE 35.238.090.786 ("Sociedade"); e, ainda, na qualidade de sócio ingressante, **Maria Cristina Rodrigues Diniz Pinelli**, brasileira, natural de Campos do Jordão, SP, nascida em 29/03/1963, casada com comunhão de bens, empresária, portadora do RG nº 11.323.723-6, emitido em 21/11/2019. CEP nº 045.310.568-84, residente e domiciliada à Rua Jerônimo Lórena, 202, apto 02, Jardim Eulálio, Taubaté-SP ("Maria Cristina") e, em conjunto com Thomaz, "Acionistas"); **Resolvem**, por meio deste instrumento ("ACS"), alterar o Contrato Social da Sociedade, a fim de transformá-la em sociedade por ações, conforme as seguintes cláusulas e condições: **1. Transformação de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima.** **1.1.** Decide o único sócio alterar o tipo jurídico da Sociedade, que atualmente é uma sociedade empresária de responsabilidade limitada denominada **Teaga Inovação e Tecnologia Ltda.**, em uma sociedade por ações de capital fechado, que passará a girar sob a denominação social de **Teaga Inovação e Tecnologia S.A.** ("Companhia"), e a ser regida pela Lei nº 6.404/1976, conforme aditada ("Lei das Sociedades por Ações") e seu Estatuto Social. **1.2.** Em decorrência da transformação do tipo jurídico mencionada acima, o capital social da Companhia passa a ser representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de titularidade de Thomaz, conforme boletim de subscrição no Anexo I desta ACS. **2. Transferência de ação e ingresso de nova acionista na Companhia.** **2.1.** Ato seguinte, decide o Acionista Thomaz, acima qualificado, ceder e transferir, nesta data, a título oneroso, 01 (uma) ação ordinária da Companhia, nominativa e sem valor nominal, com tudo que representa, à Sra. **Maria Cristina Rodrigues Diniz Pinelli**, acima qualificada, que ora ingressa na Companhia. **2.2.** O registro de titularidade e da transferência da referida ação será formalizado nos livros societários da Companhia. **3. Aumento de capital da Companhia e emissão de novas ações.** **3.1.** Ato contínuo, considerando a perspectiva de rentabilidade futura da Companhia, os Acionistas decidem aprovar o aumento de capital social da Companhia em R\$ 20.000 (vinte mil reais), ficando aprovada, nos termos do artigo 170, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, a emissão de 20.000 (vinte mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em tudo igual às já existentes, as quais são emitidas ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação, e serão totalmente subscritas e integralizadas nesta data por Thomaz, mediante a conferência dos bens de sua titularidade descritos no Anexo III desta ACS, nos termos do Boletim de Subscrição da Companhia, conforme Anexo II desta ACS. **3.2.** Ambos os Acionistas declaram estar expressamente de acordo com o preço de emissão das novas ações, reconhecendo não haver diluição injustificada da participação de qualquer acionista, cumprindo, portanto, a previsão contida no Art. 70, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. **3.3.** Em razão das deliberações tomadas acima, o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Todas as ações ora subscritas participarão de forma integral de eventuais distribuições de dividendos a partir do exercício social em curso. **4. Eleição da Diretoria.** **4.1.** Ato contínuo, os Acionistas decidem aprovar a alteração do tipo jurídico mencionada acima, o capital social da Companhia passa a ser representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de titularidade de Thomaz, conforme boletim de subscrição no Anexo I desta ACS. **5. Transferência de ação e ingresso de nova acionista na Companhia.** **5.1.** Em razão da transformação do tipo jurídico acima referida, decide os Acionistas consolidar o Estatuto Social da Companhia, já refletindo as deliberações aprovadas nesta data, sem quaisquer reservas ou alterações, nos termos do Anexo V, que passa a fazer parte integrante desta ACS. São Paulo, 03/02/2023. Acionistas: **Thomaz Augusto Diniz Pinelli e Maria Cristina Rodrigues Diniz Pinelli**. Visto do Advogado: Sérgio Eduardo Marcon Filho, OAB/SP: 323.666. JUCESP/NIRE nº 3530061028-8. JUCESP nº 87.691/23-1 em 01/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Da Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo de Duração. Artigo 1º

- A Companhia tem a denominação de **Teaga Inovação e Tecnologia S.A.** ("Companhia"), sendo uma sociedade anônima de capital fechado que se regerá por este Estatuto Social ("Estatuto Social"), pelas disposições legais aplicáveis, incluindo a Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). Artigo 2º - A Companhia tem sua sede e foro na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, na Rua Marechal Arthur da Costa e Silva, 1295, Sala 01, Centro, CEP 12.030-810. Parágrafo Único - A Companhia poderá abrir, instalar, transferir, fechar ou extinguir filiais, representações, depósitos e escritórios em qualquer parte do país ou do exterior, mediante deliberação dos Acionistas em Assembleia Geral. Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades (*holding*), como sócia ou acionista, no país ou no exterior. Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Do Capital Social.** Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo 1º - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Parágrafo 2º - A aquisição, por qualquer título, de ações da Companhia, importará na transferência de todos os direitos e obrigações a elas inerentes e na adesão a este Estatuto. **Capítulo III. Da Assembleia Geral.** Artigo 6º - As Assembleias Gerais reunir-se-ão ordinariamente, a cada ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando os interesses sociais exigirem. Parágrafo 1º - A convocação e instalação da Assembleia Geral deverá ser feita na forma da lei, com convocação por escrito a todos os Acionistas, por carta, e-mail ou qualquer outro meio, com pelo menos 8 (oito) dias corridos de antecedência da data designada em primeira convocação, e 5 (cinco) dias corridos de antecedência em segunda convocação. Será considerada regularmente convocada a Assembleia à qual comparecerem todos os Acionistas. Parágrafo 2º - As Assembleias Gerais poderão ser realizadas de forma presencial, semipresencial ou virtual. Para realização de Assembleias semipresenciais ou virtuais será permitida a utilização de qualquer meio digital, incluindo, mas não se limitando a, conferência telefônica e videoconferência. Na convocação das Assembleias Gerais deverá constar sua forma de realização e, conforme o caso, o meio eletrônico por meio do qual a Assembleia será realizada, detalhando como os Acionistas poderão participar e votar a distância. Os Acionistas também poderão ser representados por procuradores devidamente constituídos com poderes expressos para votar na Assembleia Geral de Acionistas, contanto que o respectivo instrumento de mandato descreva expressamente o conteúdo do voto do Acionista representado. Parágrafo 3º - A Assembleia Geral será presidida por Acionista ou Diretor eleito no ato, que convidará, dentro os Diretores ou Acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. Artigo 7º - As matérias submetidas para aprovação nas Assembleias Gerais serão aprovadas pelos votos favoráveis dos Acionistas que representem a maioria do capital social votante da Companhia, salvo quórum específico previsto neste Estatuto Social ou na legislação em vigor. **Capítulo IV. Da Administração da Companhia.** Artigo 8º - A administração da Companhia será exercida por uma diretoria ("Diretoria") composta de 01 (um) até 05 (cinco) membros (os "Diretores"), todos pessoas físicas e residentes no país, sendo um deles designado como Diretor Presidente e os demais designados como Diretores sem designação específica. Os Diretores deverão empregar, no exercício de suas atividades, o devido cuidado, zelo e diligência, comprometendo-se a observar e cumprir todos os termos e condições estabelecidos na legislação aplicável, neste Estatuto Social, bem como em todas e quaisquer deliberações dos Acionistas tomadas em Assembleias Gerais. Parágrafo 1º - Os Diretores devem ser eleitos para mandatos de até 03 (três) anos, permitida a reeleição. Mesmo após o término do prazo do mandato, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a eleição e posse dos novos membros. Parágrafo 2º - Os Diretores poderão ter direito a uma retrada mensal, a título de *pró-labore*, definida em Assembleia Geral. Parágrafo 3º - A investidura dos Diretores far-se-á por termo de posse lavrado em livro próprio, dispensada qualquer garantia de caução. Caso apenas 01 (um) Diretor seja eleito, o referido Diretor será considerado, para todos os fins, como Diretor Presidente da Companhia, cabendo a ele, exclusivamente, todos os atos dispostos neste Capítulo IV. §4º - Em caso de renúncia ou impedimento permanente de qualquer Diretor durante o prazo de gestão para o qual foi eleito, deverá ser convocada uma Assembleia Geral, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento de notificação escrita de qualquer Acionista ou Diretor, para eleger o respectivo substituto, que completará o prazo de gestão em curso. Artigo 9º - Respeitado o dispost